



PL 6613

# STF decide e MPOG terá que mandar os valores necessários ao pagamento do reajuste

O diretor-geral do STF informou, na manhã desta terça-feira (16), ao deputado Policarpo (PT/DF) que o MPOG já foi avisado que deverá encaminhar ao Legislativo a proposta como foi aprovada pelo Judiciário. Essa posição do Supremo— de assumir sua responsabilidade na aprovação do PCCR - era esperada pela categoria desde 2010 quando o acordo firmado entre Peluso e Lula foi simplesmente desconsiderado pelo Ministério do Planejamento, que deixou de incluir os valores do PL 6613/2009 na proposta orçamentária enviada ao Legislativo. Na ocasião, o MPOG tomou essa atitude mesmo depois dos presidentes do STF e da República terem feito um acordo e o Supremo ter formalizado o montante necessário para honrar esse acordo por meio

do ofício GP 304 de 28 de julho de 2010.

Preocupado com a possibilidade de o Executivo repetir essa atitude autoritária, o Sindjus enviou ofício no dia 28 de julho de 2011 ao STF e conversou com vários ministros ao longo das últimas semanas. No documento mencionado, o Sindjus listou os diversos julgados do Supremo Tribunal Federal que impediam o Executivo de cortar os valores do orçamento do Judiciário. Prevalendo os argumentos apresentados, no dia 4 de agosto, o STF encaminhou sua proposta orçamentária, para o exercício 2012, ao Executivo para devida inclusão na PLOA.

Seguindo o exemplo do STF, todos os tribunais incluíram os valores necessários ao pagamento do reajuste e encaminharam suas propostas orçamentárias ao MPOG.

## Medidas protelatórias

Desde o ano passado, o Poder Executivo tenta criar todo tipo de dificuldade para aprovar os PL 6613 e PL 6697. A manobra da vez, e já denunciada pelo Sindjus, é a realização de audiência pública (17 de agosto) para discutir tais projetos. É importante lembrar que uma audiência com a mesma finalidade já havia sido realizada pela CTASP, em 27 de abril de 2010.

O Poder Judiciário já informou que deu os esclarecimentos devidos à comissão de mérito do projeto, ou seja, à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. "Como não cabe à CFT promover alterações no modelo remuneratório, e tendo em vista que já prestamos todas as informações solicitadas pela comissão, consideramos desnecessária a audiência pública", afirmou o DG.

Mensagem nº 58

Brasília, 4 de agosto de 2011.

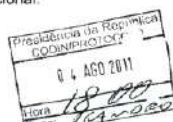
Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Encaminho a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 99, § 2º, I, da Constituição Federal, a anexa proposta orçamentária do Supremo Tribunal Federal, para o exercício de 2012, no valor total de R\$ 614.073.346,00 (seiscentos e quatorze milhões, setenta e três mil, trezentos e quarenta e seis reais), aprovada em Sessão Administrativa realizada em 3 de agosto de 2011, conforme ata anexa por cópia. Integram a proposta quatro anexos com o detalhamento das previsões por grupos de despesa, programas de trabalho e natureza das despesas, bem como de anexo com a discriminação das despesas decorrentes dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

2. A proposta – elaborada em consonância com as diretrizes orçamentárias previstas no substitutivo ao Projeto de Lei nº 2/2011, do Congresso Nacional – contempla recursos indispensáveis ao custeio do adequado e regular funcionamento do Órgão, bem como à execução de atividades e projetos em andamento.

3. Na categoria de gastos "Pessoal e Encargos Sociais", além das despesas com as folhas atuais de ativos, inativos e pensionistas, a proposta anexa contém previsão de recursos, no total de R\$ 103.246.368,00 (cento e três milhões, duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e oito reais), para atender aos impactos financeiros decorrentes dos Projetos de Lei nº 319/2007, nº 6.613/2009 e nº 7.749/2010, em tramitação no Congresso Nacional.

44



4. Advirta-se, no entanto, que os recursos correspondentes aos referidos Projetos de Lei não foram inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, como previsto no art. 14 do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN, devido ao bloqueio do referido sistema para inclusão de recursos da espécie.

5. Tomo, por fim, a liberdade de relembrar que a proposta deverá, nos mesmos termos em que foi formulada, ser inteiramente incorporada ao projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2012, consoante o entendimento que, firmado por esta Corte na Sessão Administrativa de 2 de agosto de 1989, reafirmado na Sessão Administrativa de 4 de agosto de 1999 e, agora, reiterado na Sessão Administrativa de 3 de agosto de 2011, assentou a competência constitucional exclusiva do Poder Legislativo para deliberação final sobre as propostas orçamentárias encaminhadas pelos tribunais.

Atenciosamente,

  
Ministro CEZAR PELUSO  
Presidente

# CASMPU garante recursos para implementar PL 6697

O Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público União (CASMPU) aprovou na última quarta-feira (10), a proposta de plano plurianual da instituição para o período de 2012 a 2015 e a proposta orçamentária do Ministério Público da União (MPU) para o exercício financeiro de 2012.

Em relação às despesas com pessoal e encargos sociais, a proposta incluiu o reajuste dos membros do MPU, o plano de cargos e salários dos servidores (PL 6697/2009) e o provimento de cargos e funções para 2012.



## Eleição de delegados sindicais: participe!

Começou hoje (16) e vai até amanhã (17), a eleição de delegados sindicais do Sindjus. As urnas estão percorrendo os locais de trabalho do Judiciário e do MPU onde há candidatos inscritos. No caso dos aposentados, a eleição é feita na sede do sindicato.

Para conferir a lista de candidatos, acesse o nosso site ([www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br)). Vale ressaltar que a votação não é por órgão, mas por local de trabalho. A listagem de votação será de acordo com o que consta no sistema cadastral do Sindjus. Ligue para o SAF (3212-2613) e atualize seus dados.

Pode votar todo filiado que tiver mais de 60 dias de inscrição no quadro social, tiver quitado as mensalidades até trinta dias antes das eleições e estiver no gozo dos direitos sociais garantidos no estatuto. Participe: ajude a construir um Sindjus ainda melhor.



**BOLETIM SEMANAL**  
**Sindjus**  
Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

**COMO VOTAR**  
Nos dias 16 e 17 as urnas irão até o seu local de trabalho

**ESPECIAL • ELEIÇÕES**

## Delegados sindicais

Nos dias 16 e 17 de agosto vamos eleger os novos delegados. Eles cumprem uma importante função para o fortalecimento da categoria, pois são um elo entre os servidores e o sindicato. Veja a lista dos candidatos

 <small>Mica Célia Guimão CF - Conselho de Justiça Federal</small>	 <small>Cristina Oliveira de Almeida Santos - JF SE, Cidade de Cabo Frio</small>	 <small>Igor Aguiar de Sousa Filho - JF SE, Cidade de Cabo Frio</small>	 <small>Renato Miranda Pinheiro de Luna - JF SE, Cidade de Cabo Frio</small>	 <small>Sérgio Soares de Melo - JF Rio de Janeiro</small>
 <small>Guilherme da Rocha Costa - MPJT Luziânia</small>	 <small>Eduardo Pereira dos Anjos - MPJT São Paulo</small>	 <small>Sérgio de Souza Soares - MPJT Luziânia</small>	 <small>Rafael Paulo Lopes Lima - MPJT São Paulo</small>	 <small>José Carlos Fungaro - MPJT Luziânia</small>
 <small>Suzeliana Helena Baptista - MPJT Sobradinho</small>	 <small>Sérgio Henrique dos Reis - MPJT Rio de Janeiro</small>	 <small>Sérgio Henrique de Sousa - MPJT Rio de Janeiro</small>	 <small>Wilson Roberto de Lima - MPJT Rio de Janeiro</small>	 <small>Robson Marcelo dos Santos - MPJT Luziânia</small>
 <small>Aurora Amorim dos Santos - JF SE, Rio de Janeiro</small>	 <small>Renato Vinícius dos Reis - JF SE, Rio de Janeiro</small>	 <small>Luiz Carlos Pereira - JF SE, Rio de Janeiro</small>	 <small>Sólon Neves Oliveira - JF SE, Rio de Janeiro</small>	 <small>Antonio Carlos de Almeida Loureiro - JF SE, Rio de Janeiro</small>